

Sarney quer influir no seu mandato

Memélia Moreira

O processo de definição do mandato presidencial será acelerado pelo próprio presidente da República. Sarney tem urgência em saber qual o tempo de duração de seu governo e, diante do comportamento da Assembleia Constituinte em adiar a decisão, o presidente deve antecipar-se ao debate, apresentando sua proposta através do grupo parlamentar que o apoia.

Pessoalmente, Sarney considera o mandato de seis anos muito longo e de quatro, pequeno. Mas ele prefere não se manifestar sobre a duração ideal, porque não quer ferir a sensibilidade dos constituintes e nem dar demonstrações de que pode estar intervindo na soberania da Assembleia. Mas a demora na definição preocupa e desagrada o presidente. Alguns dos programas de governo ficam paralisados e até mesmo a negociação com os banqueiros internacionais se torna mais difícil diante da indefinição. Sarney esperava (e ainda espera) esta decisão até o final de abril para tocar alguns projetos políticos.

Além da vantagem de definir programas de governo e negociar na área internacional, o presidente da República tem consciência de que, desencadeado o processo de sucessão, os candidatos de todos os partidos, notadamente do PMDB, se envolveriam nas disputas internas e o governo poderia trabalhar com menos pressão. Soma-se a isso o fato de que — este também é o raciocínio do ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil — a indefinição deixa o presidente completamente prisioneiro do PMDB. Ou seja, o mandato como pretexto para que o presidente se submeta às pressões que o aborrecem, definido o tempo do mandato, nem o PMDB, nem a Frente Liberal poderiam usar a arma de redução dos seis anos para conquistar os espaços que pretendem. Sarney quer evitar isso.

A indefinição do mandato foi um dos fatores do adiamento da viagem que o presidente faria à África e Ásia no próximo dia oito de maio. Ele sente necessidade política de visitar alguns países e quer desembarcar sabendo o que dizer aos governantes dos países a serem visitados, quais os programas e propostas de seu governo. Quer também mostrar a imagem de um presidente com preocupação social, que enfrenta os problemas do país com seriedade e sem nenhuma tendência a engrenar uma marcha à direita. Mas, tudo isso, admite o presidente, só pode ocorrer quando a Constituinte decidir se mantém o atual tempo de duração do mandato ou se acata a preferência do deputado Ulysses Guimarães, que quer mandato de cinco anos, com o qual concorda o presidente.

Constituinte pode proibir a bomba A

A futura Constituição do país deverá proibir a fabricação de bombas atômicas, se for aprovada proposta nesse sentido de autoria do deputado Sarney Filho (PFL-MA).

Segundo o parlamentar maranhense, "as nossas posições no plano internacional têm demonstrado que o País desaprova a corrida armamentista. A índole não-belicista do povo brasileiro e a sua conscientização cada vez maior do perigo da hecatombe nuclear impõe que uma moderna Constituição evite que o Brasil contribua, de qualquer forma, para que o horror de uma guerra nuclear, tão temida, possa acontecer. A nação, tomando essa decisão, não será frágil, como alegam alguns, porque não o são o Japão, a Alemanha, a Holanda e o Canadá, que não têm a bomba atômica, mas dominam a tecnologia".

Outra proposição do deputado Sarney Filho estabelece a neutralidade do Brasil nos conflitos internacionais. Segundo o filho do presidente "não podem as nações, que não passam de coletividades humanas organicamente constituídas, prescindir de relações com as suas semelhantes.



Na reunião o presidente do PMDB tentará obter mais respaldo ao ministro da Fazenda

Ulysses ainda tenta novo apoio a Funaro

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, deverá apresentar na reunião da Executiva Nacional do partido, marcada para quinta-feira, uma nova proposta de apoio ao ministro Dilton Funaro, da Fazenda. Ulysses já havia proposto na última reunião da Executiva, dia 27 passado, que a bancada peemedebista aprovasse um documento apoiando a política econômica interna, mas não obteve êxito.

Segundo o deputado Walmor de Lucas (SC), segundo tesoureiro da Executiva, a bancada do PMDB não dará seu apoio ao ministro Funaro sem antes saber quais as medidas que ele vai tomar para enfrentar a crise econômica do

país. «A bancada não vai dar um cheque em branco para o ministro», assegurou de Luca.

O deputado lembrou também que a proposta de Ulysses Guimarães de apoiar a política econômica interna do governo, na última reunião da Executiva, foi rejeitada pela maioria dos membros daquele órgão porque o presidente do PMDB não informou à bancada quais seriam as medidas que ela deveria apoiar. «Seria como assinar um cheque em branco e isto a bancada não irá fazer», preveniu Walmor de Lucas completando que o apoio não virá se o ministro não anunciar «alguma coisa» até quarta-feira, um dia antes da reunião.

Ele rebateu ainda a tese de que o PMDB não tem um

nome para substituir Dilton Funaro expresso na frase de Ulysses: «Ruim com ele, pior sem ele». Segundo o deputado, com o número de filiados que o PMDB possui é uma incoerência de Ulysses falar que o partido não tem quadros para assumir o Ministério da Fazenda. Walmor de Lucas indaga em seguida se o deputado José Serra, ex-secretário do Planejamento do Estado de São Paulo, seria pior do que Funaro.

No PMDB é sabido que Ulysses Guimarães não quer ver José Serra na Fazenda porque isso significaria o fortalecimento do ex-governador Franco Montoro, que como o presidente do PMDB é um dos presidentes paulistas.

No plenário está o perigo

«Ele cai em plenário». Essa é a avaliação do líder do PTB, deputado Gastone Righi, prevendo o êxito do bombardeio contra o ministro Dilton Funaro, dia 27, no Plenário da Câmara dos Deputados. O PMDB também está preocupado. O partido quer reverter a situação com um pacote econômico popular no início da próxima semana, provavelmente no dia 21 de abril, criando condições para uma ida menos tumultuada de Funaro à Câmara.

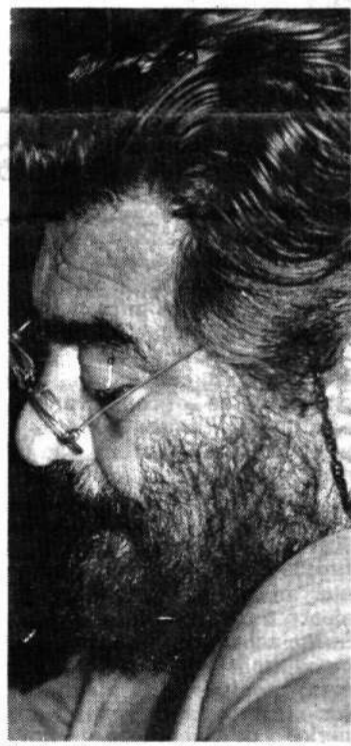
Os constituintes Delfim Netto e Roberto Campos, do PDS, estão preparando diversas contestações à política econômica executada por Funaro. No PMDB, a concordância com a moratória é geral, mas a insatisfação com as medidas internas é igualmente generalizada. O tabelamento dos spreads (diferença entre o que o banco paga para captar recursos e o que cobra para emprestá-los) é uma das medidas exigidas pelo PMDB, embora muitos par-

lamentares defendam o puro e simples tabelamento dos juros. Isto deve ser acompanhado de providências que aliviem a situação dos produtores rurais e dos pequenos empresários, que tomaram empréstimos durante a vigência do Plano Cruzado e não têm mais, devido à excessiva elevação das taxas de juros, condições de saldá-los.

Providências urgentes

Diversas reuniões nos últimos dias entre parlamentares e ministros do PMDB chegaram à conclusão da necessidade de serem tomadas providências urgentes para evitar um desgate ainda maior do governo, especialmente de Funaro, e do próprio partido.

Na área econômica, os principais técnicos passam a Semana Santa examinando todas as alternativas de medidas econômicas que serão, antes de serem adotadas, submetidas às lideranças do PMDB e do PFL, em busca do respaldo político.



Righi prevê um bombardeio

Governadores voltam à carga em MG

Belo Horizonte — Oito governadores estarão reunidos em Ouro Preto, no dia 21, quando, a pretexto de comemorar mais um aniversário da Inconfidência Mineira, o anfitrião, Newton Cardoso, defenderá novamente uma "urgente reforma ministerial". Além de Cardoso, participarão da reunião os outros três governadores que, em São Paulo, pediram a queda do ministro Dilton Funaro e a redução das taxas de juros: Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, Moreira Franco, do Rio de Janeiro, e Orestes Quércia, de São Paulo.

Para este novo encontro, Newton Cardoso, agora na condição de promotor do evento, convidou ainda os governadores Amazonino Mendes, do Amazonas, Hélio Gueiros, do Pará, Max Mauro, do Espírito Santo e Fernando Collor, de Alagoas. Os convidados serão agraciados com a Grande Medalha da Inconfidência, a mais alta comenda concedida pelo governo mineiro, e ouvirão um longo discurso que Newton

Cardoso preparou ontem em sua fazenda do município de Pitangui. No pronunciamento, mais uma vez o governador de Minas fará a defesa "intransigente" das teses que defendeu em São Paulo.

Também convidado do governo mineiro, deverá participar das solenidades do dia 21, em Ouro Preto, o presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Sua presença não estava confirmada até o final da tarde de ontem, e assessores do governador Newton Cardoso não escondiam que Ulysses poderá não comparecer porque se sentia "muito constrangido", já que previa um novo encontro polêmico dos governadores, desta vez ampliado com a participação de mais quatro chefes de executivos estaduais.

Sem roteiro

O governador Newton Cardoso inicialmente procurou diminuir a importância do encontro de Ouro Preto, alegando que seus colegas governadores lá estarão "apenas para receber

umas medalhas". Mas, em seguida, admitiu que "o tom" do encontro "será o mesmo do encontro de São Paulo", quando, além de exigirem a queda do ministro Funaro, os governadores de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul fizeram severas críticas ao ministro Aureliano Chaves. Cardoso, porém, negou que esteja seguindo uma estratégia traçada pelo Palácio do Planalto contra estes ministros:

"Não estamos seguindo roteiro nenhum. Não somos mandados por ninguém. Não somos alugados para falar nada", disse. Ele garantiu que o presidente Sarney disse que o governador Moreira Franco que ficou satisfeito com o resultado da reunião de São Paulo, e ironizou: "Se o presidente gostou, vamos repetir". Cardoso explicou que os governadores pretendem "usar todas as forças de seus estados para não permitir que ocorra a recessão anunciada para o mês de maio".